

Panorama da Mobilização e Negociação Salarial nos Sindicatos de Jornalistas

Federação Nacional dos Jornalistas - Agosto de 2023

Apresentamos, neste relatório, os resultados e análises obtidos por meio da pesquisa "Panorama da Mobilização e Negociação Salarial nos Sindicatos de Jornalistas", realizada pela Secretaria de Mobilização, Negociação Salarial e Direito Autoral da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Este documento traz à luz as informações essenciais sobre as questões salariais e direitos trabalhistas dos jornalistas, com o objetivo de enriquecer a atuação dos sindicatos representativos e fortalecer a defesa dos interesses dessa importante categoria profissional.

Participação:

24 sindicatos responderam ao questionário;

A pesquisa alcançou 22 estados diferentes (em azul, no mapa abaixo). Em ordem alfabética, os estados são: Alagoas (AL), Amazonas (AM), Bahia (BA), Ceará (CE), Distrito Federal (DF), Espírito Santo (ES), Goiás (GO), Maranhão (MA), Mato Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG), Pará (PA), Paraíba (PB), Paraná (PR), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Norte (RN), Rio Grande do Sul (RS), Rondônia (RO), Roraima (RR), Santa Catarina (SC) e São Paulo (SP);

Dos 24 sindicatos participantes, 18 afirmam representar base estadual, enquanto cinco representariam bases municipais, seja uma única cidade ou regiões que reúnem diversos municípios. Apenas uma entidade respondeu errado a esta questão, não precisando sua base territorial.

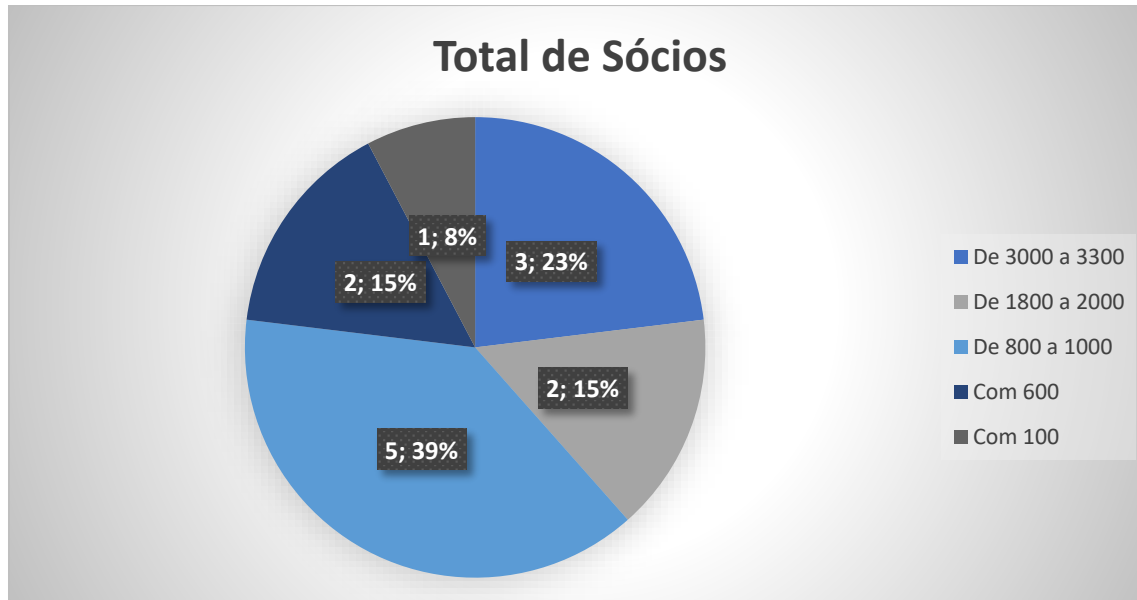


Sindicatos que responderam à pesquisa: Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Alagoas, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Amazonas, Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Bahia, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Dourados, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo, Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Goiás, Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Juiz de Fora, Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Luís, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Mato Grosso do Sul, Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Pará, Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Paraíba, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Pernambuco, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Piauí, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Norte, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Rondônia, Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Roraima, Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina e Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo.

Número de sócios:

Quando perguntados sobre o número de sócios que o sindicato possui atualmente, nem todas as entidades responderam à questão de forma precisa e acabaram colocando, em muitos casos, somente o número de pessoas que atualmente contribuem com mensalidade sindical. Diante disso, vamos tentar estratificar os dados entre aqueles apresentaram o número geral, assim como aqueles que apresentaram o número de sócios ativos.

- 12 entidades detalharam o número total de sócios, incluindo inadimplentes e outros tipos. Deste universo, as maiores bases estão nos Sindicatos de Jornalistas do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, respectivamente com 3.227, 3.220 e 3.000 associados. Em seguida, se agrupam Ceará e Bahia, sequencialmente com 1978 e 1800 filiados. Com entre 800 e 1000 membros estão os Sindicato dos Jornalistas do Amazonas, Município do Rio de Janeiro, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Santa Catarina. Informando exatamente 600 sócios temos Pernambuco e Rondônia. Por fim, confirmando 100 associados está o sindicato de Roraima. Como podemos observar, a maioria das entidades que responderam esse quesito (39%) estão na fatia de 800 a 1000 componentes.



- 17 sindicatos informaram o número de sócios “ativos” – que inclui adimplentes e, em alguns casos, sócios aposentados. Neste quesito, São Paulo conta com 1978 sindicalizados ativos, o Paraná tem 770 associados ativos e o sindicato do Distrito Federal vem em seguida com 550. Acima de 400 sócios nesta condição, estão as entidades do Rio Grande do Sul (490), do Ceará (461), do Espírito Santo (458) e do Pará (425). Com pouco mais de 350 ativos, temos os sindicatos da Bahia e de Pernambuco. Os sindicatos estaduais de Minas Gerais e do Mato Grosso do Sul informam cerca de 250

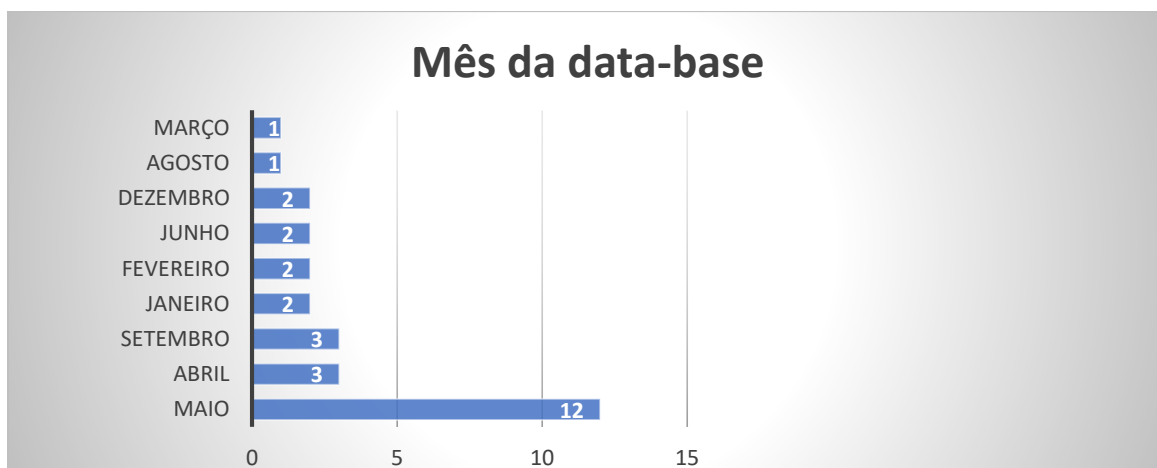
associados na condição citada. Com 200, temos Goiás. Encerrando a lista, na casa da centena, temos Alagoas (140) e Piauí (114). E com menos de 100 filiados ativos estão São Luís – Municipal (90), Região da Grande Dourados, MS – Municipal (60) e Juiz de Fora – Municipal (50).



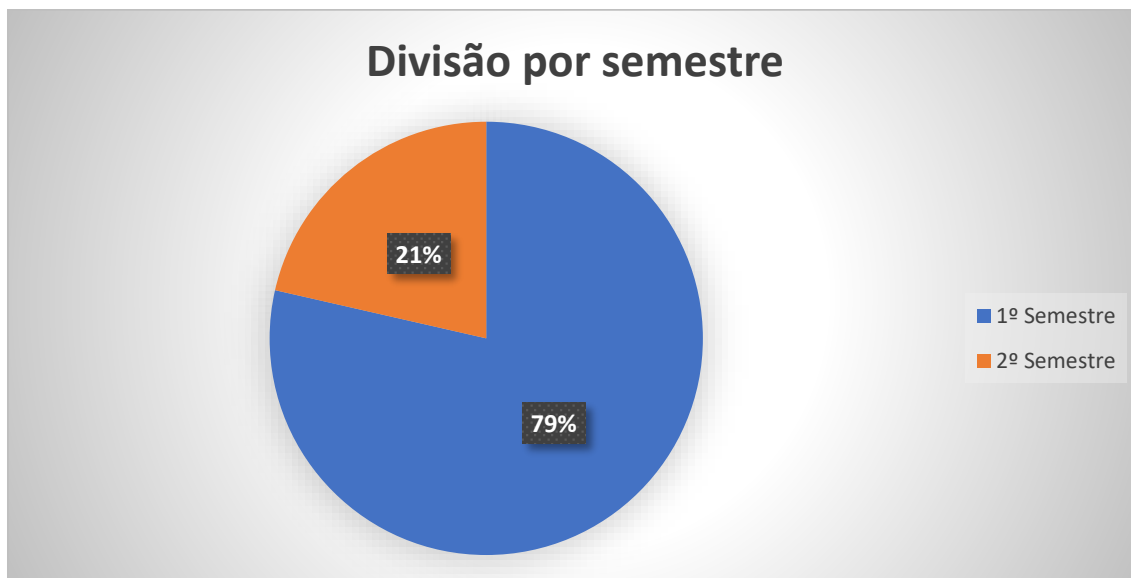
- Observação: Em um próximo levantamento desta natureza, será necessário dividir esta questão, considerando os dois tipos de dados, e explicitar como devem ser produzidas as respostas, de forma a capturarmos dados mais precisos.

Datas-bases das negociações:

- 12 sindicatos (43%) possuem ao menos uma das datas-bases de negociações em maio, sendo que em 10 destes há uma única data-base. Ainda se apresentam os seguintes meses: Abril e setembro têm 3 datas-bases cada, janeiro, fevereiro, junho e dezembro contam com 2 datas-bases cada, enquanto agosto e março têm 1 data-base cada.



- Quando observada a concentração por semestre, vemos que das 28 diferentes datas-bases apresentadas pelos sindicatos, 22 (79%) estão no primeiro semestre e apenas seis no segundo semestre (21%), o que indica a possibilidade de unificação, ao menos em nível semestral, das datas-bases.



Pisos salariais

Piso geral

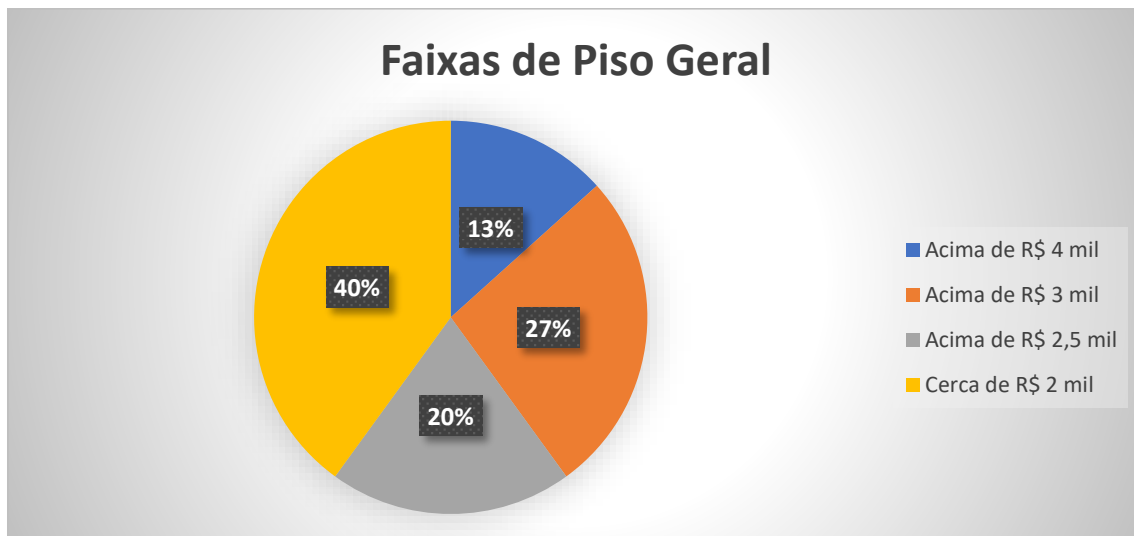
- 15 (62%) informam que em suas bases o piso salarial estabelecido é unificado para toda a categoria.

- Dois estados registram pisos unificados para jornalistas acima de R\$ 4 mil, sendo eles Alagoas e Paraná, respectivamente com R\$ 4.572,03 e R\$ 4.233,60.

- Em quatro localidades, São Luís do Maranhão, no Distrito Federal, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o piso está acima dos 3 mil reais, respectivamente de R\$ 3.438,73, R\$ 3.383,51, R\$ 3.123,80 e R\$ 3.011,48. A ressalva aqui é que o piso informado pelo Rio Grande do Sul é apenas para a Capital, no interior sendo registrado o salário base geral de R\$ 2.660,08.

- Três estados informam piso geral entre R\$ 2,5 mil e R\$ 2,9 mil. São eles: R\$ 2.900,00 (Goiás), R\$ 2.800 (Roraima) e R\$ 2.640,00 (Piauí).

- Por fim, na faixa que vai de R\$ 1,9 mil e R\$ 2,1 mil temos seis bases territoriais sindicais: Pernambuco (R\$ 2.140,00), Juiz de Fora (R\$ 2.100,00), Paraíba (R\$ 2.000,00), Rondônia (R\$ 2.000,00), Rio Grande do Norte (R\$ 1.941,58) e Pará (R\$ 1900,00). Outra observação, é que o valor geral informado no Pará vale apenas para a capital. No interior deste estado, o piso é de R\$ 1.750,00.



Pisos por segmento/setor

Em pelo menos 12 localidades, conforme relatado pelos sindicatos, são conduzidas negociações, acordos ou convenções que estabelecem pisos salariais por setor. No entanto, a aplicação específica desses acordos varia consideravelmente, como será evidenciado posteriormente nas tabelas de dados. As bases territoriais deste grupo abrangem os seguintes locais: Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, São Luís - MA, Mato Grosso do Sul, Região da Grande Dourados - MS, Minas Gerais, Pernambuco, Município do Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo.

- Rádio e TV:

As bases sindicais de Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Município do Rio de Janeiro e São Paulo apresentaram informações específicas sobre pisos salariais relacionados a rádio e televisão. Neste conjunto, considerando que o piso da categoria é calculado para uma jornada de 5 horas de trabalho, as seguintes observações podem ser feitas:

No Ceará, foi registrado o maior piso específico para radiodifusão, alcançando R\$ 3.189,64. Em Minas Gerais, o piso para TV e produtoras é de R\$ 2.886,93. No Espírito Santo, ao menos para a Grande Vitória, o piso de televisão é de R\$ 2.472,56. Tanto em Minas Gerais como no Espírito Santo, existe uma variedade de valores pagos, conforme detalhado na tabela.

Já no estado de São Paulo, entretanto, a referência utilizada para os pisos é uma jornada de trabalho de 7 horas, impossibilitando comparações diretas, pois todos os demais territórios registraram o chamado piso de 5 horas. Em SP, os valores para essa jornada variam de R\$ 3.540,11 a R\$ 5.657,73.

Base Territorial	Rádio/TV
Ceará	R\$ 3.189,64
Espírito Santo	Rádios: Grande Vitória: R\$ 2.101,43 Demais municípios: R\$ 1.802,80 Televisão: Grande Vitória: R\$ 2.472,56 Demais municípios: R\$ 1.978,00
Minas Gerais	Rádio: R\$2.667,25 - TV e Produtoras: R\$ 2.886,93
Município do Rio de Janeiro	Rádio- R\$ 2.218,06. TV - R\$ 2.468,69
São Paulo*	<i>Capital – Piso de 7h*: R\$ 5.657,73; Município com mais de 80 mil habitantes – Piso de 7h*: R\$ 3.677,52; Município com menos de 80 mil habitantes – Piso de 7h*: R\$ 3.540,11 (*Valor indicativo com base na CCT)</i>

- Jornal e Revista:

Apenas cinco bases territoriais apresentaram valores correspondentes a pisos específicos do setor de jornais e revistas. Essas são Bahia, Ceará, Espírito Santo, Município do Rio de Janeiro e São Paulo. Entre elas, destaca-se a Bahia, com o valor mais elevado registrado de R\$ 4.331,20. O Município do Rio de Janeiro segue em segundo lugar, com um piso de R\$ 2.487,96. No Ceará, foram identificados dois valores: R\$ 2.425,19 e R\$ 2.331,91, representando os salários negociados em acordos coletivos recentes do setor. O Espírito Santo apresenta uma particularidade, com pisos variando de R\$ 1.807,69 a R\$ 2.496,79, dependendo do tipo de empresa de impresso e sua localidade.

Diferentemente dos sindicatos citados acima, São Paulo apresentou, mais uma vez, pisos para uma jornada de 7 horas. Os valores nos cenários paulistas variam de R\$ 4.686,47 a R\$ 6.594,56.

Também deve ser observado que o Sindicato de Amazonas informou que o foco da entidade é o setor de jornal e revista, mas informou que, neste momento, não há um piso salarial convencionado.

Base Territorial	Jornal/Revista
Bahia	R\$ 4.331,20
Ceará	R\$ 2.425,19 (O Povo 2022) e R\$ 2.331,91 (O Estado e Diário do Nordeste 2021)

Espírito Santo	<p>Circulação diária com sede no município de Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica: R\$ 2.496,79.</p> <p>Circulação diária nos demais municípios do ES: R\$ 1.908,32.</p> <p>Jornais com circulação diferente da diária e nas revistas com sede no município de Vitória: R\$ 1.995,07.</p> <p>Jornais com circulação diferente da diária e nas revistas nos demais municípios: R\$ 1.807,69.</p> <p>Jornalistas assessores de imprensa e/ou atuantes em sites informativos. Grande Vitória: R\$ 2.496,79. Interior: R\$ 1.908,32</p>
Município do Rio de Janeiro	<p>Impressos/on line: Empresas em recuperação judicial – R\$ 2.433,01. Empresas com mais de 50 jornalistas fora de recuperação judicial – R\$ 2.487,96</p>
São Paulo*	<p>Capital: Piso de 7h* – R\$ 6.594,56; Interior: Piso de 7h – R\$ 4.686,47 (*valor indicativo com base na CCT)</p>

- Assessoria de Imprensa/Comunicação:

Somente quatro sindicatos informaram possuir, neste momento, piso salarial característico para o segmento de assessoria de imprensa/comunicação. O maior deles é encontrado em São Luís (MA), fixado em R\$ 5 mi, seguido do Ceará, com R\$ 4.074,49, Pernambuco, com R\$ 2,5 mil e os ordenados para capital e interior do Espírito Santo, que são, respectivamente de R\$ 2.496,79 e R\$ 1.908,32.

Neste tópico do questionário, o Sindicato de Rondônia dá a entender que há um piso para este setor, mas não informa o valor. Já São Paulo explica que já teve piso salarial para este grupo, mas desde 2013 o sindicato patronal não reconhece o SJSP como representante da categoria e, portanto, não celebra uma convenção específica.

No Ceará, a referência salarial de assessoria vigora como anexo dos ACTs de impresso e não é instituído por uma convenção específica, excetuando os acordos que o sindicato firma por empresa.

Base Territorial	Assessoria de Imprensa/Comunicação
Ceará	R\$ 4.074,49
Espírito Santo	Grande Vitória: R\$ 2.496,79. Interior: R\$ 1.908,32

São Luís – MA	R\$ 5.000,00
Pernambuco	R\$ 2.500,00

- On-line (Jornalismo Digital):

Quanto se trata da discussão de um piso específico de para jornalismo on-line (Jornalismo Digital), encontramos apenas duas referências, no Espírito Santo e no Município do Rio de Janeiro. Mas a particularidade aqui, conforme os sindicatos, é a inclusão da referência a este grupo junto a instituição dos reajustes dos segmentos tradicionais, como radiodifusão e impresso. Na capital do RJ, os valores variam de R\$ 2.433,01 a R\$ 2.487,96. No ES, vão de R\$ 1.908,32 a R\$ 2.496,79.

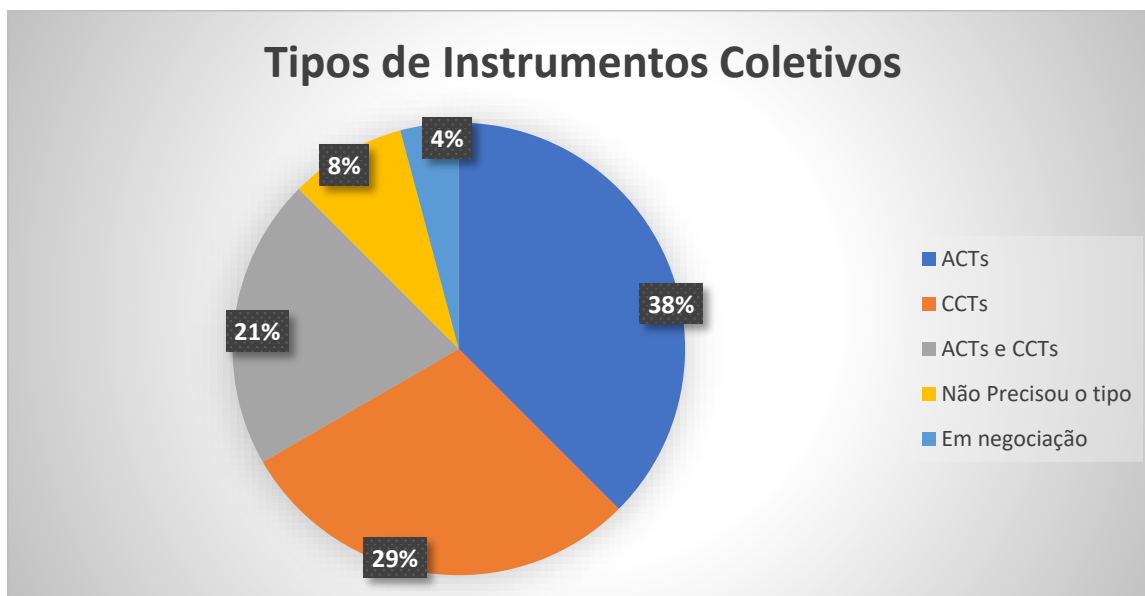
Base Territorial	Online (jornalismo digital)
Espírito Santo	Grande Vitória: R\$ 2.496,79. Interior: R\$ 1.908,32
Município do Rio de Janeiro	Impressos/on line: Empresas em recuperação judicial - R\$ 2.433,01. Empresas com mais de 50 jornalistas fora de recuperação judicial - R\$ 2.487,96

Tipos de instrumentos normativos coletivos instituídos

A convenção coletiva de trabalho, que possibilita a estipulação de normas gerais no âmbito das respectivas categorias, está mais presente na realidade dos sindicatos que responderam à pesquisa. Sete dos 24 sindicatos (29%) estabelecem unicamente CCTs e outros 5 (21% do total) realizam tanto ACTs como CCTs, com destaque, no caso de locais com acordos e convenções, conforme as respostas, para a preponderância das CCTs, que pactuam o regramento geral ou por segmento, deixando os ACTs responsáveis pela regulação de demandas específicas. Logo conclui-se que pelo menos 50% (12 localidades) das entidades celebram, de alguma forma, as convenções coletivas.

No entanto, evidencia a complexa realidade negocial no mercado de jornalismo no Brasil o fato de que uma parcela significativa dos sindicatos estabelece apenas acordos coletivos de trabalho em suas respectivas áreas. Nove entidades, o que representa 38% do total, operam sob essa condição. Esses acordos são firmados entre uma ou mais empresas e a organização sindical de trabalhadores, acontecendo num contexto onde o estabelecimento de normas gerais enfrenta desafios.

Deste total pesquisado, é importante acrescentar que duas organizações sindicais (8%) não indicaram explicitamente o tipo de instrumento coletivo que utilizam, embora tenham observado que normas desse tipo são empregadas. Apenas uma entidade (4%) informou estar atualmente em processo de negociação para estabelecer ou redefinir suas normas.



Também neste quesito, perguntamos aos sindicatos sobre a necessidade específica de celebração de acordos coletivos e também como essas entidades têm conduzido essas negociações com as empresas de comunicação. A realidade apresentada pelas respostas foi agrupada em algumas categorias que fornecem informações sobre as diferentes dificuldades encontradas em várias localidades.

- Em algumas regiões, como Alagoas e Pernambuco, é enfatizada a importância da centralização dos acordos coletivos. Esse enfoque busca garantir direitos trabalhistas e melhorar as condições de trabalho para os profissionais do setor. No entanto, em contraste, observa-se que muitas outras áreas enfrentam negociações em nível de empresa por empresa. Essa descentralização pode resultar em desafios para a unificação dos direitos dos trabalhadores, tornando o processo mais complexo e fragmentado.
- Outro fator determinante é a presença ou ausência de sindicato patronal. Nas regiões onde esse sindicato está presente, como no Amazonas e Paraná, as negociações costumam ser mais diretas, envolvendo um único ponto de contato. Em contrapartida, em áreas onde os sindicatos patronais foram descontinuados, como na Paraíba no setor de impresso do Ceará, a negociação empresa por empresa se torna a norma, exigindo um esforço maior para coordenar os acordos.
- A intervenção judicial e a mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT) também emergem como temas recorrentes. Em locais como Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, essas intervenções são necessárias para resolver impasses nas negociações. Isso sugere que, em alguns casos, as empresas podem demonstrar resistência às negociações coletivas, levando a disputas que requerem intervenção externa para serem resolvidas.

- Por fim, é evidente que as respostas também destacam desafios comuns enfrentados em todo o setor. A referência à baixa lucratividade e as alegações de dificuldades econômicas por parte das empresas são uma constante em muitas respostas. Logo, em última análise, a resistência das empresas em atender às reivindicações específicas dos trabalhadores é um elemento crítico que influencia a dinâmica dessas negociações.

Principais desafios dos sindicatos

A análise das respostas fornecidas pelos sindicatos de jornalistas em todo o Brasil sobre os principais desafios dos sindicatos dos jornalistas na atualidade revela uma série de problemáticas. Os principais obstáculos identificados incluem:

- **Extensão do Piso Salarial:** Um desafio central é a busca por estender os pisos salariais para jornalistas que atuam em assessoria de imprensa/comunicação. Muitos profissionais nesse campo recebem salários significativamente abaixo desses patamares, apontando para a necessidade de assegurar condições salariais mais justas.
- **Garantia da Jornada de Trabalho:** A garantia da jornada de trabalho legal de jornalistas se apresenta como outro desafio relevante. Assegurar que os profissionais tenham suas jornadas de trabalho respeitadas é uma preocupação frequente, visto que muitos relatam excesso de horas e acúmulo de funções.
- **Intransigência Patronal:** A intransigência patronal nas mesas de negociação é um obstáculo recorrente. Empresas muitas vezes resistem em avançar em direitos e recomposições salariais, o que torna difícil alcançar acordos satisfatórios para os trabalhadores.
- **Mobilização e Conscientização da Categoria:** A falta de mobilização e conscientização da categoria é um problema enfrentado por muitos sindicatos. A dificuldade em envolver e engajar os jornalistas na luta por melhores condições de trabalho e salários dignos é um desafio a ser superado.
- **Fragilidades da Estrutura Sindical:** As fragilidades da estrutura sindical também emergem como um ponto de preocupação. Falta de recursos para atividades, dificuldades em realizar ações em outras localidades, bem como a falta de apoio de setores como a universidade e associações profissionais, são fatores que impactam a atuação sindical.
- **Reflexos da Pandemia e Mudanças na Mídia:** A pandemia da COVID-19 trouxe reflexos significativos, incluindo o aumento do trabalho remoto e a redução do modelo tradicional de produção jornalística em redações. Essa mudança impactou a mobilização sindical e a organização dos trabalhadores.

- Precarização e Novas Formas de Contratação: A precarização dos direitos trabalhistas devido a formas de contratação como freelancers e a pejetização cria dificuldades para a organização sindical e a proteção dos trabalhadores.
- Baixa Mobilização da Categoria: A baixa mobilização da categoria, aliada ao interesse limitado, é um problema que afeta muitos sindicatos. Apesar dos esforços em despertar o engajamento dos jornalistas para a luta por salários dignos e melhores condições, a mobilização continua sendo um desafio.
- Falta de Reconhecimento Salarial: A busca por aumentos reais que reponham as perdas salariais dos últimos anos é uma preocupação. A resistência das empresas em oferecer reajustes significativos após a crise econômica e a pandemia é uma barreira para o avanço salarial da categoria.
- Precarização dos Direitos Trabalhistas: A precarização dos direitos trabalhistas, contratações precárias (PJs), baixos salários e assédio moral são fatores que contribuem para a vulnerabilidade dos trabalhadores jornalistas.
- Necessidade de Ampliação da Base: A busca por aumentar a base de sindicalizados, atrair apoio e envolver os jornalistas nas campanhas é outro grande desafio.

Demandas dos jornalistas filiados

Também questionamos os sindicatos sobre as principais demandas dos jornalistas filiados aos sindicatos e estas podem ser agrupadas em diferentes categorias, demonstrando as preocupações da classe em todo o Brasil:

Melhoria Salarial e Benefícios:

- Reajuste salarial acima da inflação.
- Pagamento de pisos salariais justos e uniformizados para toda a categoria.
- Reajuste do auxílio alimentação para acompanhar o custo de vida.
- Ampliação de benefícios, como plano de saúde e auxílio creche.
- Convênios com diversos setores comerciais para proporcionar descontos aos jornalistas.

Condições de Trabalho e Jornada:

- Cumprimento da jornada de trabalho e horas extras.
- Defesa da carga horária de 30h semanais.
- Combate ao assédio moral, sexual e racismo no ambiente de trabalho.
- Valorização da qualidade de vida e saúde mental dos jornalistas.
- Condições de trabalho adequadas, especialmente nas assessorias de imprensa/comunicação.

- Acompanhamento da adaptação às novas tecnologias e treinamento para capacitação profissional.

Reconhecimento Profissional:

- Reconhecimento de vínculo empregatício adequado para evitar contratos irregulares ou PJ.
- Consideração dos Social Media como atividade jornalística.
- Reconhecimento de jornalistas que atuam em funções correspondentes à categoria, evitando desvios de função.

Mobilização e Organização:

- Maior mobilização e conscientização da categoria.
- Unificação de pisos salariais entre diferentes regiões.
- Organização de cursos de capacitação e qualificação profissional.
- Atuação em defesa dos direitos trabalhistas em situações como rescisões contratuais e fraudes.
- Apoio a jornalistas em situações específicas, como agressões, violências e problemas de saúde mental.

Atendimento e Suporte:

- Acesso a orientação jurídica para questões trabalhistas e dúvidas.
- Suporte em situações de violência, assédio e discriminação no ambiente de trabalho.
- Suporte para jornalistas que buscam registro profissional e enfrentam problemas de formalização.

União e Fortalecimento:

- Fortalecimento da união da categoria.
- Incentivo à sindicalização e aumento da base de filiados.
- Envolvimento dos jornalistas em campanhas e mobilizações por melhores condições.
- Criação de espaços de convívio e união entre os profissionais.

Desafios Específicos e Necessidades Locais:

- Enfrentamento de desafios regionais, como o fechamento de postos de trabalho no interior.
- Atuação em casos de contratações irregulares, assédios e abusos específicos de determinados veículos de comunicação.

Mudanças com a ascensão da mídia digital

Fazer as entidades sindicais de jornalistas elaborarem sobre como elas têm lidado com as mudanças no cenário da mídia digital e suas implicações para os jornalistas foi outro questionamento relevante do estudo. Vamos aos apontamentos sintetizados:

- O Sindicato dos Jornalistas de Alagoas destaca que esse cenário implicou transformações no mundo laboral e também foi marcado pela redução de sua influência após o fim do Imposto Sindical. A profissão jornalística se ajusta a jornadas flexíveis e temporárias, enquanto a reforma trabalhista intensifica essa situação. A entidade enfrenta dificuldades financeiras sem alternativas viáveis e sob pressão do setor patronal. Diante desse panorama, o sindicato busca reconexão com os jornalistas, adoção de tecnologias e combate às fake news para se manter relevante.
- O sindicato do Amazonas também aponta a crescente precarização do trabalho pós-Reforma de 2017, com contratos precários via MEI e os impactos da pandemia. Para abordar essa situação, a entidade introduziu o projeto do Selo de Jornalismo Profissional em abril de 2022, que tem como objetivo reorganizar a atuação dos novos profissionais do mercado, colaborando com portais e sites de notícias para garantir que os jornalistas possuam formação superior em jornalismo e/ou cumpram os requisitos do STF para registro profissional. Isso se apresenta como uma medida importante para combater a disseminação de fake news e desinformação.
- O Sindicato da Bahia explica a atual falta de organização no setor e relata que estão iniciando conversações com os principais sites de notícias. No Distrito Federal, a entidade tem se empenhado em ampliar o diálogo com a categoria para preservar direitos. No Espírito Santo, diversas ações judiciais foram instauradas devido ao fechamento de jornais impressos convertidos em veículos online, e a presença constante de profissionais multimídia nas redações estaduais. O Sindjor Goiás procura dialogar com empresas digitais para ressaltar que a relação entre empregador e empregado permanece inalterada. Enquanto isso, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Luís - MA está em processo de reestruturação e estudo diante desse cenário em transformação.
- No Ceará, o sindicato dos jornalistas está respondendo de maneira abrangente aos desafios da era digital. Suas ações incluem a promoção de capacitação em ferramentas digitais, a defesa dos direitos trabalhistas em ambientes digitais, a negociação coletiva adaptada, o combate à precarização do trabalho, a organização e representação de profissionais dispersos, o enfrentamento da violência digital e a busca por alianças com movimentos sociais. Tais iniciativas visam garantir a adaptação profissional, a segurança dos jornalistas e a manutenção dos padrões éticos em um ambiente dinâmico e em constante mudança. Em parceria com a FENAJ, o sindicato se empenha na defesa da

remuneração justa do trabalho jornalístico nas plataformas digitais, reforçando assim a relevância e a integridade da profissão.

- Para o Sindicato de Mato Grosso do Sul, a ausência do diploma tem resultado na proliferação de veículos de comunicação implantados por pessoas sem habilitação em jornalismo. Esses veículos não contratam jornalistas profissionais, copiando conteúdo de empresas profissionais e lucrando com publicidade e verbas oficiais. A entidade planeja discutir essa questão com o novo superintendente do Trabalho, bem como abordar a emissão do Registro Profissional para garantir que apenas profissionais habilitados o obtenham. Por outro lado, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais na Região da Grande Dourados não atua nesse sentido.
- O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais promove cursos, mas reconhece a necessidade de orientação sobre o assunto, dada a existência de várias dúvidas. O Sindicato de Juiz de Fora, também em Minas, destaca seu diálogo com a classe e reuniões nas redações. O SINJOR Pará busca entender as mudanças através de conversas com a categoria, especialmente aqueles na área digital, embora reconheça que esse ainda seja um ponto fraco de sua gestão.
- Na Paraíba, a entidade tem superado desafios. Em Pernambuco, por outro lado, o sindicato enfrenta dificuldades de engajamento da geração mais jovem na luta sindical. O Sindicato do Piauí enfatiza a necessidade de contextualizar a regulamentação profissional. No Município do Rio de Janeiro, a discussão sobre esses temas ainda não é tratada com a devida prioridade. No Rio Grande do Norte, discussões estão sendo conduzidas na categoria para determinar a melhor abordagem.
- No Rio Grande do Sul, a adaptação às novas ferramentas de trabalho e a criação de uma tabela de serviços para referência estão sendo consideradas. O sindicato propõe a formação de um grupo de trabalho nacional para debater o assunto e criar uma tabela única e específica. Em Rondônia, o Sindicato dos Jornalistas investe em capacitação, enquanto em Roraima, busca fortalecer a unidade da categoria através de capacitações. O Sindicato de Santa Catarina procura se aproximar dos jornalistas com ações além da pauta salarial, mantendo uma tabela de freelancers atualizada e buscando benefícios que incentivem a contribuição sindical.
- O Sindicato de São Paulo compartilha que realizaram um Congresso Estadual nos dias 4, 5 e 6 de agosto, focado nas mudanças tecnológicas e inovações em resposta às demandas da categoria. Como resolução, destacam a importância de mapear novos locais de trabalho, como podcasts, canais do YouTube e redes sociais, para compreender as condições e direitos existentes, visando estruturar Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) e uma Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) setorial. Um desafio é o amplo sindicato patronal de empresas de internet, que adota um piso salarial baixo. Diálogos com empresas jornalísticas digitais e

a categoria são buscados para construir uma estratégia de estruturação da CCT, inclusive com a Ajour (Associação de Jornalismo Digital).

- O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná enfrenta dificuldades devido ao não reconhecimento de algumas atividades como funções jornalísticas. Empresas contratam jornalistas para cargos relacionados às mídias sociais sem respeitar a CCT. A caracterização dessas funções como atividades jornalísticas é uma abordagem política que exige energia e nem sempre garante resultados. A precarização também é uma preocupação, com jornalistas assumindo mais responsabilidades sem compensação financeira. Ferramentas como o WhatsApp podem ampliar assédio e abusos, além de estender jornadas extraoficiais. A Inteligência Artificial é outro fator em análise, cujos impactos ainda estão sendo explorados.

Principais conquistas dos Sindicatos na atualidade

Os sindicatos que representam os jornalistas têm desempenhado um papel crucial na busca pela preservação e ampliação dos benefícios e direitos da categoria. Ao mesmo tempo, em muitas localidades, está caracterizada a necessidade de ampliação das frentes de batalha, dada a conjuntura de desafios enfrentados no atual cenário do mundo do trabalho. A seguir, apresentamos um panorama das principais conquistas alcançadas por diferentes sindicatos de jornalistas nos últimos anos que foram relatadas em nossa pesquisa:

- Nos últimos anos, o Sindicato dos Jornalistas Alagoas conquistou melhorias significativas nos benefícios e direitos dos jornalistas, incluindo adicional mínimo de 20% para funções editoriais, pagamento em dobro em contratos de exclusividade, adicional de 15% para dupla função, liberação de dirigentes sindicais por empresa, pagamento de anuidades de associações, 20% de adicional para uso de equipamento próprio, auxílio creche, estabilidade de 90 dias após a data-base e estabilidade pré-aposentadoria de um ano. No entanto, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Amazonas (SJP/AM) relata que as conquistas ocorreram até 2015 e, desde então, a categoria tem mantido principalmente as conquistas passadas, sem avanços significativos em salários e condições de trabalho.
- O Sindicato da Bahia destaca suas conquistas recentes, que incluem a regularização do pagamento de salários nos jornais impressos, ampliação do piso salarial nas empresas e promoção de cursos de capacitação focados em novas tecnologias. No Distrito Federal, as últimas conquistas têm sido a preservação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) sem retirada de direitos, porém, novos direitos têm sido difíceis de obter. No Espírito Santo, o sindicato destaca a

introdução de piso salarial convencionado, pagamento de creches, verbas de roupa para repórteres e apresentadores de TV, entre outros benefícios.

- O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Luís - MA está em fase de reestruturação, buscando novas parcerias e defendendo o diploma jornalístico. Em Mato Grosso do Sul, o sindicato alcançou aumentos salariais reais de até 2%, embora ainda distantes das perdas salariais recentes. Durante a pandemia, eles asseguraram testagem e vacinação contra a Covid-19 para os jornalistas, além de proteção contra ataques bolsonaristas à categoria.
- O Sindicato da Grande Dourados (MS) ressalta a continuidade das atividades sindicais, negociações anuais com as empresas, atualização inflacionária e algum ganho real, além de ações de apoio jurídico e repúdio em casos de violência.
- Por sua vez, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais enfatiza a importância de fechar negociações, atender demandas dos profissionais, denunciar ao MPT e dialogar com as empresas sobre temas trabalhistas. Por fim, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Juiz de Fora celebra a conquista da jornada de 6 horas diárias para as jornalistas da Câmara Municipal.
- O Sindicato do Ceará tem obtido uma série de vitórias expressivas em relação aos benefícios e direitos dos jornalistas nos últimos anos. Entre as principais realizações estão: o reajuste salarial por meio de negociações coletivas, a regulamentação da jornada de trabalho e das horas extras, a manutenção de benefícios sociais como auxílio-creche e diária de viagem, a regulamentação do trabalho irregular para jornalistas contratados como MEI e PJ, a garantia de direitos para jornalistas em teletrabalho, a implementação de políticas e mecanismos de combate ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, conquistas específicas para setores da imprensa como assessorias de imprensa, a regularização de trabalhadores jornalistas em rádio e TV, fiscalização de direitos junto a empregadores, pagamento de processos coletivos e individuais, acordos extrajudiciais, conquistas de vagas em concursos públicos, campanhas pela valorização do jornalismo e ética jornalística, aumento das filiações, parcerias com instituições de pesquisa e associações de jornalismo, intervenções em defesa da saúde dos trabalhadores na pandemia, realização de cursos, congressos e encontros, reforma do patrimônio do sindicato, apoio a lutas nacionais conduzidas pela FENAJ, fortalecimento do movimento sindical dos jornalistas, organização financeira e institucional.
- O Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Paraíba celebrou vitórias judiciais contra empresários que buscavam explorar os profissionais. Em Pernambuco, o sindicato manteve acordos coletivos, reajustes salariais e preservou o pagamento integral das horas extras aos domingos. O Sindicato dos Jornalistas do Piauí alcançou conquistas como o reajuste anual do piso e o reconhecimento do Dia do Jornalista como feriado.

- No Rio de Janeiro, o Sindicato dos Jornalistas recuperou sua referência como defensor das demandas da categoria, mobilizando jornalistas por meio de paralisações e ações unificadas. No Rio Grande do Sul, o SindJoRS conseguiu manter os direitos adquiridos em convenções anteriores e estabeleceu uma cota de solidariedade para sustentação financeira. O Sindicato dos Jornalistas de Rondônia oferece assessoria jurídica para defender jornalistas em ações relacionadas ao exercício da profissão. Em Roraima, o sindicato se regularizou e filiou-se à CUT. No Paraná, o SindijorPR resistiu a tentativas de redução de direitos e de fracionamento do piso, apesar das dificuldades em estabelecer novos direitos e atualizar a convenção coletiva. Além disso, a categoria enfrenta perdas salariais desde 2018, representando cerca de 10% do atual piso.
- Em Santa Catarina, o sindicato fortaleceu a unidade da categoria na luta por pautas comuns, apesar das dificuldades impostas pela configuração do mercado local. No estado de São Paulo, destaca-se a paralisação na Campanha Salarial de Jornais e Revistas da Capital, realizada após quatro décadas. As assembleias virtuais também têm sido utilizadas para pressionar por reposição inflacionária e buscar avanços em direitos como melhoria do VR, estabelecimento de PLR, equiparação salarial e extensão de benefícios.

A análise dos dados e a sistematização dos resultados foram conduzidas pelo Secretário Rafael Mesquita, da Secretaria de Mobilização, Negociação Salarial e Direito Autoral da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

DIRETORIA-EXECUTIVA

Presidenta: Samira de Castro - Ceará
1º Vice-Presidente: Paulo Zocchi - São Paulo
2º Vice-Presidente: Célio Martins - Paraná
Secretário Geral: Sérgio Murillo de Andrade – Santa Catarina
1º Secretário: Moacyr Neves - Bahia
1º Tesoureiro: Luiz Spada - Goiás
2º Tesoureiro: Wilson Reis - Amazonas
Suplente: Virgínia Berriel – Rio de Janeiro
Suplente: Priscila Chandretti – Minas Gerais

VICES-PRESIDÊNCIAS REGIONAIS

Vice-presidência Centro-Oeste – Itamar Perenha (MT)
Vice-presidência Nordeste I – Franco Ferreira (PB)
Vice-presidência Nordeste II – Fernanda Gama (BA)
Vice-presidência Norte I – Adriana Cruz (RR)
Vice-presidência Norte II – Alessandra Bacelar (TO)
Vice-presidência Sudeste – Douglas Dantas (ES)
Vice-presidência Sul – José Maria Nunes (RS)

SECRETARIAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Secretária: Valci Zuculoto – Santa Catarina
Secretária-adjunta: Carmen Pereira – Rio de Janeiro

SECRETARIA DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA

Secretária: Valdice Gomes da Silva – Alagoas
Secretária-adjunta: Helena Saria – Pará

SECRETARIA DE MOBILIZAÇÃO, NEGOCIAÇÃO SALARIAL E DIREITO AUTORAL

Secretário: Rafael Mesquita – Ceará
Secretário-adjunto: Thiago Tanji – São Paulo

SECRETARIA DE MOBILIZAÇÃO EM ASSESSORIA DE IMPRENSA

Secretária: Márcia Quintanilha – São Paulo
Secretário-adjunto: Breno Araújo – Minas Gerais

SECRETARIA DE MOBILIZAÇÃO DOS JORNALISTAS DE PRODUÇÃO E IMAGEM

Secretário: Guto Camargo – São Paulo
Secretário-adjunto: Land Seixas – Paraíba

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Secretário: Ayoub Hanna Ayoub – Londrina
Secretário-adjunto: Milton Alves Júnior – Sergipe

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Secretária: Maria José Braga – Goiás
Secretário-adjunto: Celso Augusto Schröder – Rio Grande do Sul

SECRETARIA DE SAÚDE E SEGURANÇA

Secretário: Norian Segatto – São Paulo
Secretário-adjunto: Severino Júnior – Pernambuco

CONSELHO FISCAL

Adroaldo Corrêa – Rio Grande do Sul
Edmilson Brito – Sergipe
Luiz Carlos de Oliveira – Piauí

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA

Beth Costa – Rio de Janeiro
Franklin Valverde – São Paulo
Osnaldo Moraes – Pernambuco
Suzana Tatagiba – Espírito Santo
Vera Daisy Barcellos – Rio Grande do Sul
Antônio Paulo – Amazonas (Suplente)